

A era digital apresenta novos desafios à agenda das políticas públicas para as mulheres, entre elas: a violência de gênero nas redes sociais – assédio, discursos misóginos, perseguição, exposição da intimidade e as desigualdades no acesso à cultura digital e à disponibilidade de seus recursos. Ao mesmo tempo, o ambiente digital apresenta novas oportunidades para as mulheres, que podem e devem usar a internet com todo o potencial emancipador de um instrumento capaz de promover organização social e empoderamento.

No Brasil, as lacunas entre mulheres e tecnologia são reflexos das condições materiais da sociedade patriarcal e desigual. Durante a pandemia de Covid-19, o acesso, o consumo, a produção e os negócios no ambiente digital sofreram intensa aceleração. No entanto, esse crescimento não foi homogêneo. As mulheres - em especial as mais pobres, negras e indígenas - tiveram menor acesso às ferramentas tecnológicas e desenvolveram menos habilidades digitais que a população branca e masculina.

Apesar de, em 2021, a internet ter sido acessada por 81% da população brasileira, um terço dos mais pobres ainda não tem conexão no Brasil. A região Nordeste - que é a mais pobre do País - tem o menor índice de usuários, e entre a população rural, 27% também não têm acesso à internet.

Em pesquisa publicada no início de 2022, o telefone celular continuou sendo – por imensa maioria - o principal dispositivo utilizado para acessar à internet. Quase 50% dos mais de 250 milhões de celulares ativos no Brasil são pré-pagos. Ou seja, não dispõem de memória para baixar vídeos, salas de reunião, trabalho e ensino online. O uso exclusivo do celular para acessar a internet foi predominante em pessoas negras: 65%. Entre elas, 67% são mulheres.

O analfabetismo digital afeta de forma mais direta a população idosa - no Brasil, atinge 75% dos que têm mais de 60 anos - e as populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Os dados apontam para a reprodução das desigualdades sociais na inclusão digital das mulheres brasileiras e, ainda, a reprodução de violências de gênero. Nosso objetivo é mudar tal cenário, é transformar a internet em ferramenta de incremento da cidadania das mulheres na busca da igualdade de oportunidades, vemos na tecnologia e na comunicação digital oportunidades de promoção de políticas públicas para a equidade entre homens e mulheres.

Para promover o desenvolvimento individual e social dos diferentes grupos sociais no ambiente digital, o Ministério das Mulheres do Brasil propõe medidas e articulações a serem realizadas nos próximos quatro anos. A primeira etapa é o enfrentamento às violências virtuais, para tanto, promover a regulação do ecossistema digital é essencial. Isto será feito a partir da articulação com os demais órgãos do governo responsáveis pelo tema, tais como a Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social e o Ministério das Comunicações, conjuntamente com os outros poderes da República, buscando também a colaboração das próprias plataformas de mídias sociais.

Nesta linha, devem ser planejadas campanhas nacionais com ampla divulgação de materiais educativos para mulheres, voltados para uso seguro de tecnologias e mídias digitais. Sobretudo, deve ser oferecida capacitação aos profissionais da rede de atendimento voltada à violência digital. Esse processo terá como foco o atendimento, o acolhimento das denúncias e a prevenção.

Para além da garantia de um espaço seguro para meninas e mulheres, é necessário garantir a efetiva inclusão digital, com acesso aos dispositivos tecnológicos, à qualificação e ao empreendedorismo nesse ecossistema. Neste sentido, o Ministério das Mulheres irá se articular com o Ministério do Trabalho e Emprego para propiciar capacitações às mulheres.

Ao lado ainda do Ministério das Comunicações, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, planejaremos a ampliação da conexão à Internet em zonas periféricas e camponesas.

Finalmente, essas iniciativas serão objeto de análise, debate e avaliação em conferências nacionais de mulheres, que oferecerão suas contribuições a serem inseridas nos planos nacionais de políticas para mulheres, garantindo um processo de efetiva participação social na construção das políticas de inclusão e igualdade no ecossistema digital.

O esforço para assegurar que todas as pessoas tenham acesso às tecnologias de informação e comunicação é primordial para o combate à desigualdade de oportunidades e à violência. O Ministério das Mulheres do Brasil está comprometido com essa iniciativa.

Aparecida Gonçalves - Ministra das Mulheres do Brasil